

OCCIDENTE

REVISTA ILLUSTRADA DE PORTUGAL E DO EXTRANGEIRO

| Preços da assignatura | Anno | Semest | Trim. | N.º | 25.º Anno — XXV Volume — N.º 858 | Redacção — Atelier de gravura — Administração Lisboa, L. do Fogo Santo, entrada pela T. do Convento de Jesus, 4 OFFICINA DE IMPRESSÃO — RUA DO LOQUEIRO, 25 e 26 Todos os pedidos de assignaturas deverão ser acompanhados do seu importe, e dirigidos à Administração da Empresa do Occidente, com o que não serão utroddidos. — Editor responsável: Caetano Alberto da Silva. |
|--------------------------------------|---------|---------|--------|----------|----------------------------------|--|
| | 36 n.ºs | 18 n.ºs | 9 n.ºs | entradas | | |
| Portugal (franco de porte, m. forte) | 35000 | 15000 | 5000 | 5130 | 30 DE OUTUBRO DE 1902 | |
| Possessões ultramarinas (idem) | 40000 | 20000 | 7000 | 5130 | | |
| Extrang. (união geral dos correios) | 50000 | 25000 | 8000 | 5130 | | |



CHRONICA OCCIDENTAL

Um pequeno ataque de influenza, felizmente sem consequências que assustassem, desorganizou o programma que El-rei traçara para sua estada em Paris, onde governo e população se mostram constantemente amáveis com o Sr. D. Carlos.

Ultimas noticias telegraphicas dão El-rei como completamente restabelecido, tendo já dado um passeio em carruagem fechada pelos Campos Ellysios e tendo ido ao theatro do Vaudeville ver a *Corrida do facho*.

Além das festas officiaes que lhe serão dadas pelo Presidente Loubet, muitas outras se organisam: Jantar no dia 4 no Ministerio dos Negocios Estrangeiros e caçadas que lhe offerecem o Duque de Chartes, o Conde de Castellans, o Duque de Luyne, o Barão de Rothschild e ainda outros.

Já cessaram os telegrammas officiaes do ministro de Portugal em Paris e o Dr. Debruc já apresentou a El-rei as suas despedidas.

O banquete no Elyseu deve talvez realizar-se hoje, sendo possível que hoje mesmo o Sr. D. Carlos vá visitar em seu castello a Sr. Condessa de Paris, sua sogra.

Os principaes jornaes francezes referem-se com palavras muito amáveis a El-rei de Portugal, cuja viagem decerto consolidará novas relações com os paizes estrangeiros.

Com o mesmo fim partiu ha dias de Lisboa o coraçado D. Carlos, que foi ao Rio de Janeiro levar a bandeira portugueza e demonstrar ao povo brasileiro nossa sympathia na occasião em que vai tomar posse do seu alto cargo o novo presidente eleito dos Estados Unidos do Brazil.

Não ha razões de queixa da forma por que vão caminhando nossas relações no exterior e nada cá de casa teriamos a dizer se não fosse o que passou no partido nacionalista, constante das cortas publicadas em todos os jornaes por alguns de seus mais illustres membros, redactores do *Correio Nacional*.

D'este vez, batendo palmas em amoroso unisono, vimos regeneradores e progressistas, tão de accordo ostensivamente como, *segun se cuenta*, estão muita vez, á porta fechada, os srs Hintze e José Luciano.

Progressistas e regeneradores escrevem o necrologio do partido dos sr. Jacintho Candido, Mendes Lagos e Conde de Breiandos, desde que o abandonaram os srs. Fernando de Sousa, Quirino de Jesus e Azevedo Ennes. Deitam-lhe sobre a ova, em que o vêem mettido ou querem metter, suas considerações ironicas á mistura com umas linhas a serio que ao sr. Jacintho Candido especialmente se dirigem.

O *Correio Nacional* ainda responde, porque em fim estrebuxar não é morrer.

Tem-se visto milagres, e quem sabe se aos partidos não dará cura o Dr. Eduardo Silva, tão como impôr-lhe as mãos como o faz aos mais doentes.

Da quando em quando, surge nos lá d'alguem cantinho da provincia um menino virtuoso a mandar comer hervas aos consultantes, este surgiu em plena Lisboa com as algebras todas cheias de attestados maravilhosos; não é menino, é já homem serio; não manda comer hervas, põe as mãos onde nos dóa e vem tudo a dar na mesma:



CORONEL JOAQUIM CARLOS PAIVA D'ANDRADA
DESCORRIDOR DO PORTO DA BEIRA
ANTIGO ADMINISTRADOR DA COMPANHIA DE MOÇAMBIQUE

quando cura, cura. Cura pelo mesmo processo por que o Faustino do Commissario de Policia diziu grandes coisas: era só abrir a bocca e deixar sair.

O caso é que este doutor que o sr. D. Laura de Miranda por agora a contas com a policia, obrou, segundo se diz, verdadeiros milagros que lhe foram pagos por bom dinheiro. Nem elle sabia como aquillo era, foi um condão que nasceu com elle. Supponha entretanto, segundo a versão D. Laura, que eram uns fluidos que desciam do ceo.

Ah! se o processo pudesse applicar-se tambem a outros males muito maiores do que simples hysterismos ou neurasthenias, que fortuna para a humanidade! O Dr. Silva teria sua cadeira no gabinete do sr. Juiz Veiga e, mal fizesse um signezinho, logo o lairão confessaria tudo, muito arrependido, muito atateito de se ver livre das tentações do crime.

Nem o cambista da rua do Arsenal teris sido roubado, nem o Dr. Villanueva, pois que todos deram em ser doutores, teris passado as passas do Algarve. Os hespanhoes suspectos deixariam de ser o a qualquer Ole ou Salcro! já não despertaria o olho arguto aos polizias secretas. O Dr. Silva seria o regenerador da sociedade!

Com um bocadinho mais de boa vontade, até poderia levar mais longe os seus milagros: os electricos deixariam de atropelar as carroças, os cantores de S. Carlos de ser desfinados, as ruas de andar sempre em obras, as agencias telegraphicas de mentir, os automoveis de tocar trombeta. Um punhado!

Nem o dr. Quirino de Jesus appellava para a verdadeira igreja depois das confusões estabelecidas, nem o mudo litterato para o futuro, nem o constante leitor para o paiz.

O espectro do Barão de Catanio, ao ver tanta paz e concordia, substituiris no Arco da Rua Augusta o estatuo da gloria.

Os renitentes continuariam, por outros processos, a ser tratados pelo sr. Juiz Veiga, o que lhes aproveitasse.

Ao menos, poderia um homem gozar um bocadinho em sociego d'este lindo verso de S. Martinho que nos veio visitar este anno um pouco mais cedo que o costume.

Tão lindo vai que ainda de todas as terras frequentadas pela sociedade que se diverte nos chegam noticias da sua animação.

A Bartol e o La Bary é que lhes darão o signal de retirada.

Exceptuando S. Carlos e o theatro de D. Maria, já todos os theatros de Lisboa abriram suas portas a arte e D. Amélia já apresentou peça nova aos seus assignantes de primeiras receitas. *Nelly Roxiers* uma peça de bons auctores francezes, traduzida por Eduardo Garrido.

Não é ainda bastante para chamar a gente de Cascaes, entusiasmada com a belleza dos poentes e os planos riquissimos dos differentes clubs.

Pois os amadores de sport já em Lisboa tiveram um dia de festa, segunda feira passada, com a chegada ao Campo Grande dos primeiros automoveis, que, com uma rapidez extraordinaria, percorreram em poucas horas a pessima estrada que da Figueira conduz a Lisboa.

Não o fizeram sem incidentes, choques, machinas escangalhadas, e outros de menor importancia.

O primeiro a chegar foi o automovel conduzido por Edmond, vencedor do segundo premio na corrida de Paris a Vienna. Não lhe foi d'esta vez entregue o premio, por não ter conduzido a sua machina desde a Figueira, mas apenas de de Coimbra. O ter adormecido no comboio e assim ter deixado passar a estação de Allarcellos foi causa do transtorno.

Ninguém foi atropellado, não morreu ninguém.

A este respeito contava, ha dias, um jornal do Porto os sustos que os espectadores haviam tido ao verem um automovel a toda a força passar sobre a perna d'um homem. Dão-lhes em França a estas machinas a alcunha de *écrazeurs*. Fôra um horror! As mulheres fugiam, os homens desviavam o olhar e só por dever corriam em soccorro do desgraçado. Mas já elle estava dançando a meio do caminho. A perna era de pão.

Mus, como pernas de pão nem todos tem o condão de possuil-as, e como só d'aqui a alguns annos poderemos todos gozar d'este beneficio, com automoveis por um lado, electricos por outro, temos de andar de olho aberto e ouvido á escuta.

Entre outras originaes maneiras de viver havia d'antes o atropellado que de proposito se deixava cair dennte d'um libry leveinho, cujo dono dava sempre ao desgraçado uma moeda de prata pelo menos. Agora acabou-se; é só maneira de morrer.

João da Camara.

O Territorio de Manica e Sofala

A administração da Companhia de Moçambique publicou agora, sob o titulo acima uma bem elaborada monographia, que devia ter sido apresentada no Congresso Colonial, promovido pela Sociedade de Geographia de Lisboa em 1901, mas que circunstancias imprevistas, não permitiram ter-se concluido a tempo para esse fim.

É pena que o congresso reunido não podesse apreciar tão importante trabalho, que representa não só o que eram os territorios de Manica e Sofala antes dos trabalhos de exploração, mas, o que é mais grato saber, o quanto, sob a administração da Companhia de Moçambique, se tem feito para elles prosperarem e se valorisarem.

Foi o Occidente dos primeiros que na imprensa, desde 1878 principiou a chamar a attenção dos poderes constituídos e do publico para os grandes territorios de Portugal na Africa.

Data tambem d'este tempo o principio da corrente para a Africa portugueza, pois não bastava possuir ali, por direito de descobrimento ou conquista, vastos territorios incomparavelmente superiores em extensão e riqueza ao nosso continente europeu, mas sim tratar de os desbravar, e colonisar para assim se tornarem effectivos esses direitos.

Por muitos annos, até seculos, se deixou quasi ao abandono essas vastas regiões que faziam a fortuna de muitos povos. A orientação da politica portugueza não se encaminhava para ali, não se preocupava com isso. Mas os tempos mudaram e reconheceu-se que uma boa politica colonial era necessaria, como era imprescindivel garantir o dominio portuguez nas suas possessões africanas.

Nem periodo inferior a trinta annos, tem se feito mais do que em tres seculos, e a Monographia que temos presente dá razão ao nosso acerto, tratando d'uma parte d'Africa oriental, onde ainda ha pouco mais de dez annos todo jazia no abandono secular.

Trataremos hoje das primeiras concessões e de como se estabeleceu a primeira Companhia de Moçambique, respigando para isso alguns periodos no livro de que vimos tratando:

«Nem requerimento, com a data de 8 de março de 1888, alguns nomes dos mais illustres nas finanças portuguezas, um grande escriptor e um distincto entusiasta das nossas cousas africanas (!) pediam o privilegio ou concessão por trinta annos da exploração colonial, em todos os seus variados ramos e principalmente no que diz respeito ao reconhecimento e lavra dos jazigos auríferos, de uma grande parte da Africa Oriental Portugueza, obrigando-se os signatarios a construção de um Decauville marginal do Pungue ou do Buzi e dentro da concessão pedida.

N'este documento declarava-se que haviam sido adquiridos os direitos da *Société des Fondateurs de la Compagnie Generale du Zambéze* e os da *Companhia do Ophir*, concessões auctorizadas respectivamente pelos decretos de 26 de outubro de 1878 e 12 de fevereiro de 1884, assim como se haviam alcançado os direitos das pescarias de perolas nas Costas de Moçambique desde o Zambéze ao Cabo S. Sebastião, concessão pedida pelo sr. J. Couvreur em 5 de outubro de 1883.

No mesmo documento chamava-se a attenção do Estado para as vantagens que da concessão tambem directamente lhe adviriam, crescendo a materia collectavel e o rendimento das alfândegas, ao passo que se implantaria a soberania portugueza em pontos onde o nosso dominio era apenas nominal e isto sem que o Estado encorresse em pesados onus administrativos e militares.

Antes de indicar qual a solução dada pelo governo a este pedido, diremos duas palavras acerca das origens e fundamentos do requerimento.

Em 1877 tinhamos como addido militar á nossa legação em Paris um brilhante official de artilharia, o capitão Paiva de Andrada. Lembrou-se d'elle, para lhe offerecer o governo reunido de Quelimane e Tete, o então ministro do Ultramar, mais levado pelo seu temperamento de aventureira e de entusiasmo escusou-se ao encargo official e hoje tão illustre africanista, pedindo para lhe permittem fazer uma larga exploração da nova tão rica e mal aproveitada Zambézia. Acquisição promptamente o ministro ás ariscadas ambições d'aquelle official e este, valen-

do-se das suas relações com a *Haute Banque* de Paris, conseguiu em pouco tempo organizar a *Société* a que já nos referimos e a quem, pelo decreto de dezembro de 1878, foram feitas largas concessões na região do Zambéze. Aquella empresa enviou para a Africa, successivamente, duas expedições technicas com as quaes dispendeu 112 contos de réis chegando a fazer importantes trabalhos de exploração nas minas de carvão na região de Tete, mas, sendo-lhe pelo governo, exigidos novos e grandes esforços, não pôde continuar e em 1883 entrou em liquidação.

Na segunda das expedições technicas realisadas por conta da *Société*, teve o sr. Paiva de Andrada occasião de percorrer parte do paiz de Manica, região tão celebre na nossa historia da Africa Oriental e cujas minas noiciadas em todos os escriptos antigos como os do Fr. João dos Santos, Boccarro, etc., de novo tem sido postas em relevo por viajantes da categoria scientifica de Livingstone, Erskine ou de notoriedade como Salous e Elton.

Entusiasmado com a riqueza aurifera da região, o sr. Paiva de Andrada, conseguiu congregar novos elementos financeiros, d'esta vez todos nacionaes, e assim se formou a *Companhia de Ophir* a quem foi concedido, pelo decreto já citado de fevereiro de 1884, a exploração exclusiva das minas de Manica e Quitova. Não foi esta Companhia mais feliz do que a primeira e, por insufficiencia do capital subscripto e ainda por outras causas, resolveu tambem liquidar.

Mas, se os primeiros financeiros desanimavam ou succumbiam perante as dificuldades da empresa, não desanimava nem desfallia o sr. Paiva de Andrada, que conseguia transmitir a sua esperança e a sua fé ao grupo financeiro que constituiu a primeira Companhia de Moçambique, com um capital subscripto de 150 contos de réis e que em março de 1888 requeria ao Governo nos termos que já vimos.

O Governo, pueha as costumadas demoras da nossa administração publica por isso só pelo decreto de 20 de dezembro de 1888, assignado pelo ministro Barros Gomes, despachou o requerimento, mas concedendo apenas as minas do Estado nas bacias do Aruangua e do Buzi, (isto é, ainda menos do que fizera a concessão da *Companhia de Ophir*).

Apreendeu-se a Companhia a pugnar pelas seus interesses, reclamando contra a interpretação dada pelo Governo nos seus contractos mineiros e logo a 26 do mesmo mez de dezembro requeria que o seu privilegio se estendesse pelas regiões entre o Aruangua e o Zambéze, expondo a forma seria como se tinha formado o teitamento alheio á especulação.

Não esperava ella, entretanto, a solução do Governo para começar os seus trabalhos, installando-se em Lisboa e nomeando para administrador delegado o illustre escriptor Oliveira Martins e já em meados de 1888 anviava para a Africa a sua primeira expedição, destinada a começar o reconhecimento e exploração da região mineira de Manica. E como grande parte dos terrenos de concessão pertenciam ao imperio vetua e como apesar da soberania portugueza sobre Gnan o potentado que regia aquelle enorme paiz nem sempre acatava as ordens ou disposições do Estado soberano, foi com a expedição o tenente-coronel Paiva de Andrada administrador da Companhia que, pelos seus anteriores visitas no Gungunhana gozava aos olhos d'este chefe de um grande e justificado prestigio e que, desembarcando em Africa devia seguir para o Mossurize a sondar o animo do regulo e a influir, sendo preciso, nas suas resoluções.

A missão de Paiva de Andrada teve um exito completo; muito bem recebido pelo Gungunhana alcançou d'este uma completa acquiescencia nos trabalhos de Companhia, sahindo de Mossurize acompanhado de um indolo (!) vetua encarregado de transmitir a todos os regulos e feudatarios dependentes do seu soberano a vontade favoravel do grande chefe.

Ao tempo que este illustre africanista se desempenhava do primeiro passo a dar na installação da Companhia em Africa, a expedição sob a direcção do sr. João de Rezende (desembarcada em Chiloane e transportada a muito custo e em lanchas do Governo d'ahi para a Beira) conseguiu pôr-se em marcha, apoz muitos trabalhos e contrariedades e passando á margem esquerda do Pungue, para fuizir das terras pertencentes ao Gungunhana — cujas intenções ainda não eram conhecidas — atravessou parte do Gorongosa e

(*) Conde de Penha Longa, Ed. Bartissol, E. Pinto Basto, Fontes Ganhado, Lima Meyer, J. Couvreur e Oliveira Martins.

(!) Termo vetua que significa pequeno senhor, chefe de povoação, etc.

do Barué chegando a Moçambique em meados do janeiro de 1889.

Ahi compareceu pouco tempo depois o sr. Paiva de Andrada, tendo reconhecido a via de comunicações a estabelecer entre a costa e Manica, preocupando-se com justa razão em organizar solidamente e primeiro que tudo essas comunicações.

Assim, tratava de fundar a feitoria da Beira, reconhecer e balisar o seu porto, reconhecer a navegabilidade do Pungue e estabelecer as suas margens direita e esquerda, uma em Mapanda ou Colunguza e outra no Guenjere, limites de navegação permanente e accidental d'aquelle rio, onde já se balouçava um pequeno e apropriado vapor o *Mafambice*, alcunha cafreal (1) do sr. Paiva de Andrada.

A estação do Guenjere foi dado o nome de Sarmento em reconhecimento dos serviços que a expedição devia ao então governador de Sofala, o tenente coronel J. C. Moraes Sarmento.

De Mapanda, o sr. Paiva d'Andrada foi fazendo abric caminho para Manica e como a distancia entre Sarmento e Manica era demasiado grande abriu ainda outra estação, a de Chimio, proximo da povoação do regulo d'este nome, em terras de Ganda.

Das margens do Pungue o mesmo africanista noticiava o apparecimento d'uma nova e grave dificuldade a existencia do mosca *ipe ite* d'uma faxa marginal ao rio, mas não parecendo passar além de Chimio.

Ainda não tinham terminado estes trabalhos de instalação já havia nova motivo para recear ver entravados os trabalhos da Companhia, pois o Mutassa, de quem o Gungunhana era soberano, acabava de repellar uma aggressão dos vatuaa e, em vista d'isto, era para temer que o regulo de Manica não se conformasse com as intenções do chefe e mal recebesse a expedição. Contudo, não succedeu assim; antes pelo contrario, se mostrou animado dos melhores desejos de auxiliar, recebendo e arvorando no seu curral ou aringa a bandeira portugueza no passo que deixava dar começo á feitoria de Manica. E como se reconhecia ser indispensavel ter algum de posição e de qualidades para dirigir os importantes serviços da Companhia na zona litoral, foi nomeado para o cargo de director ou governador, n'esta zona, o antigo governador de Sofala o coronel Moraes Sarmento que tomou conta do seu logar em abril d'este anno de 1889.

Assim se ia cumprindo o plano de instalação da Companhia em Africa que, no dizer do sr. Paiva de Andrada se resumia:

1.ª No estabelecimento d'uma decente feitoria na Beira;

2.ª Em ter boas comunicações com Manica; rebocadores e barcaças no rio, carros de bois de Chimio para Manica, carregadores, enquanto não houvesse Douchville, entre a Mapanda e Chimio.

Dados estes primeiros passos o sr. Paiva d'Andrada partiu para o Panhame e Mazoe em missão do Governo e o sr. João de Rezende estabeleceu em agosto de 1889 a nova feitoria de Manica na explanada do antigo forte portuguez de Massikense ou Moçoquea a qual punha o nome de Andrada, começando-se logo os trabalhos de pesquisa e formulando-se contractos de exploração mineira, havendo no fim de 1889 cinco filões reconhecidos, Panha Longa, Resende, D. Maria Pia, D. Luiz e outro, no mesmo tempo que se reconhecia a existencia, por numerosos vestigios, de antigos e importantes trabalhos nos montes sobranceiros a Andrada.

N'este mesmo anno de 1889 a Companhia elevava o seu capital social a 360 contos e, tendo-se demittido o sr. Oliveira Martins, foi nomeado para o seu importante cargo o sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello Ganhado, hoje Marquez de Fontes Pereira de Mello. O governo, por decreto de 7 de Novembro de 1889, nomeava um Comissario Regio encarregado de olhar pelos trabalhos da Companhia e de centralizar a correspondencia entre ella e o Governo, e para o cargo foi escolhido o sr. Tito de Carvalho chefe de repartição no ministerio do Ultramar.

Em 1890 progrediram os trabalhos da Companhia; novas installações se foram fazendo nas diferentes estações, creando-se por, propozito do sr. Paiva d'Andrada, uma outra a juizante de Mapanda — para substituir esta que se reconheceu ter ficado mal collocada — a qual foi dado o nome

de Neves Ferreira, em homenagem ao Governador Geral da Provincia; novo material se foi enviando para a Africa, ao passo que se iam descobrindo novos filões auríferos — quinze no fim de 1890 — sobre os quaes se tinham lavrado trinta e um contractos de arrendamento representando um capital subscripto de 3 650 000 000 réis.

Ao mesmo tempo o engenheiro Pouhin, ao serviço da Companhia, reconhecia o esrudava o traçado do caminho de ferro do valle do Pungue, com a testa em Neves Ferreira.

E como se reconheceu que o Mutari, no valle do qual se tinham demarcado os primeiros filões, era afluente do Olzi pertencente á hachia hydrographica do Save, a Companhia requeria em 8 de maio de 1890 que a sua concessão abrangesse tambem o valle do Olzi, requerimento que, como os outros, ficou sem resposta ou tardamente a teve.

Em officio de 20 de outubro a Companhia referindo-se aos seus anteriores pedidos fazia notar, e bem, que se o Estado tivesse deferido as suas anteriores representações teria ella na occasião outros e mais largos meios de acção no districto de Manica com proveito do país.

Um decreto de 27 de novembro veio finalmente declarar que a concessão de 1888 abrangia as minas de Manica, Quitave, Bandira e Inhaxo.

Decorriam vagarosamente, é certo, os negocios da Companhia por causa de varios obstaculos, derivados uns da falta de meios de transporte da costa para a Manica e ainda da falta de comunicações regulares entre a metropole e a Beira (1) e outros resultantes do Governo não despachar os successivos requerimentos formulados pela Companhia, solicitando aclaração e desenvolvimento do primeiro decreto de concessão; mas, embora vagarosamente, ia a Companhia progredindo successiva e seguramente quando a invasão de Manica pela policia da *South Africa*, em novembro do anno de 1890, veio paralisar os seus trabalhos e pôr ate em perigo a sua existencia.

Todos conhecem os lamentaveis factos que deram origem a este acto de verdadeiro illuismo e a que de resto teremos de nos referir de novo e em pouco mais largamente em logar proprio.

Consequencia da não ratificação do tratado de 30 de agosto e do desejo de conseguir para a *British South Africa* a região de Manica, indubitavelmente aurifera e o valle do Pungue — a mais curta entrada para o país dos Mataboes e Machonas; — a invasão de Manica trouxe como consequencia a ruina do estabelecimento de Andrada, o abandono das estações intermedias, a má vontade dos indigenas e até a insalubridade das vatuaas, até então bem dispostos, mas que vendo a nossa frequencia e trabalhos talvez por agentes inimigos, chegaram a insultar a feitoria da Beira e o seu chefe.

Desde então a primeira Companhia de Moçambique estaciona, sendo deesse, mas o Estado ainda utiliza os seus serviços incitando-a a estabelecer um accordo com a *British South Africa Company* que facilitasse as negociações posteriores dos respectivos governos. Mas a dedicação do administrador sr. E. Pinto Basto, os bons officios de Sir Donald Currie e as diligencias e protestos dos syndicatos inglezes dirigidos pelo sr. Moreing, foram impoentes contra a má vontade da poderosa companhia ingleza e nada, portanto, se conseguiu.

Pelo tempo em que se realisavam tão lamentaveis factos lembrou-se o governo portuguez de fundar uma poderosa Companhia, com inculdades administrativas, para occupar e desenvolver rapidamente a provincia de Moçambique. E' natural que servisse de fundamento a esta lembrança a creação da *British South Africa Company* creada em maio de 1889 e que recebera a sua *Carta* de incorporação em 20 outubro do mesmo anno. Vendo esta poderosa associação (com o capital de £ 1 000 000) fazer tão grandes cousas em tão pouco tempo; tratar, mal installada ainda, da construcção de centenas de kilometros de caminhos de ferro e de telegraphos; de enviar aos confins do territorio concedido uma expedição militar de 600 homens encarregada da organização d'uma forte linha de comunicações e de occupação do país Mashona, veio naturalmente ao Governo a idéa de empregar os mes-

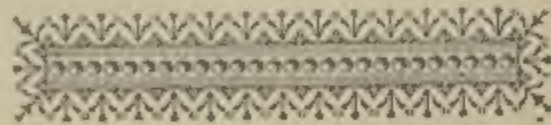
mos processos para desenvolver rapidamente a nossa tão atazada e tão cubizada provincia de Moçambique. Querendo, e justamente, interessar em tão grandiosa empresa as principais forças financeiras do país, o Governo congregou uma reunião, na Associação Commercial de Lisboa, dos principais banqueiros e de varios africanistas illustres onde foi presente a idéa do Governo e onde logo foi nomeada uma commissão, composta de Oliveira Martins, Conde de Mozer e tenente coronel Joaquim J. Machado, com o fim de apreciar e de modificar, sendo preciso, o projecto apresentado pelo Governo. A commissão muito promptamente apresentou o seu parecer, mas aqui terminou, sem outro resultado, esta primeira tentativa.

E' natural que o Governo, não desistindo da sua idéa, procurasse outros auxiliares de seus planos e se lembrasse da Companhia de Moçambique que, embora paralisada na sua expansão exploradora, continha não só poderosos elementos financeiros como apreciaveis meios d'acção n'uma das regiões mais apropriadas á implantação do systema, por pouco conhecida e mal occupada.

Do Governo partiu, portanto, a proposta, a qual foi aceita pela Companhia de Moçambique, mas, preocupado com as negociações do tratado com a Inglaterra, só assignou o decreto de concessão magestática, ou de carta de incorporação como se diria em inglez, em 11 de fevereiro de 1891, carta que foi modificada pelas disposições do decreto de 30 de julho do mesmo anno.

Começou deade logo a Companhia as suas diligencias financeiras para se constituir com o capital indicado na *Carta*, mas estas foram, como era de prerer, demoradas e difficis, pois a situação do nosso país sobre o ponto de vista financeiro era má, o seu credito abalado e as suas relações com a Inglaterra, que tanto influem na sua cotação politica e na sua vida economica, aliada não eram cordaes como de costume.

Em primeiro logar teve de ser posta de lado a idéa patriotica de deixar uma parte importante das acções para subscrição do capital portuguez, o qual, como de costume se absteve por completo de se articular em empresas africanas. Depois os proprios termos do decreto de 30 de julho levantaram difficuldades por parte dos capitalistas inglezes que tomavam firme uma grande parte da subscrição. Assim, o prazo para constituição da Companhia teve de ser prorrogado e a *Companhia Soberana* só ficou definitivamente constituída em 5 de maio de 1892, substituindo-se á primeira Companhia de Moçambique. Esta, em assembleia geral de 19 de março de 1892, dára plenos e irrevogaveis poderes aos seus directores os sr. E. Pinto Basto, A. Bensaude e J. Wimmer para proceder á liquidação dos seus haveres.



AS NOSSAS GRAVURAS

MONUMENTO A AFFONSO DE ALBUQUERQUE

OS BAIXOS RELEVOS

Em o n.º 835 do OCCIDENTE publicamos, entre outras gravuras relativas ao monumento de Affonso de Albuquerque, a reproducção de um dos baixos relevos que decoram a base do monumento: *É esta a moeda com que El-Rei de Portugal paga os seus tributos.*

Hoje reproduzimos os tres baixos relevos restantes e que representam tambem quadros historicos da vida do grande Affonso de Albuquerque. Estes baixos relevos são verdadeiras obras d'arte que por si só constituem um monumento, e em que o seu auctor, o sr. Costa Mota affirmou o seu talento, compondo e modelando tão preciosos quadros.

OS CIGANOS E O SEU DIALECTO

(Continuação do n.º 837)

III

Procedencia da India

O auctor das *Miserias Imperiaes*, escriptor contemporaneo de Quindalé, e ao presente ainda occupando na litteratura hespanhola um logar

(1) Ainda em junho de 1890 não tocavam na Beira os vapores da Mala Real, embora já ali fossem frequentemente os das companhias inglezas.

(1) Significa andar de pressa, andar sempre.

Monumento a Affonso de Albuquerque



BAIXO RELEVO DO MONUMENTO A AFFONSO DE ALBUQUERQUE — ENTREGA DAS CHAVES DE GOÁ

proeminente, escreveu n'esse livro, que todos acatam como um dos mais preciosos estudos sobre a raça cigana, o que vamos transcrever, e em que deixa provada a sua procedencia da India.

«Desde que esse miserô povo da Asia, errante e vagabundo, mas audacioso e penetrante, guiado por Timur-Lenck, conhecido pelo grande Tamorlan, e já por outros guerreiros que o tinham antecedido, se espalhou pela Europa, excitou con-

tra si, primeiro a surpresa, depois a curiosidade e em seguida a aversão.

De dois diversos modos entraram os ciganos na Europa: seguindo os exercitos sarracenos que, percorrendo o littoral africano desde a Arabia e o Egypto, vinham desembarcar a Hespanha na volta das suas successivas excursões, ou acompanhando as hostes invasoras dos turcos á Hungria e á Bohemia.

E' por esta razão que os niganos sendo conhecidos primeiramente como procedentes d'estes dois povos começaram a ser designados por egypcios e bohemios.

Tez queimada, formas proporcionadas e elegantes, feições expressivas, engenho profundo, caracter eminentemente positivo, revelando o conjunto perfeito das qualidades primitivas da raça do Sem e como consequencia d'essas qualidades,



BAIXO RELEVO DO MONUMENTO A AFFONSO DE ALBUQUERQUE — RECEPÇÃO DA EMBAIXADA DO REI DE BISNAGA

Monumento a Affonso de Albuquerque



BAIXO-RELEVO DO MONUMENTO A AFFONSO DE ALBUQUERQUE — TOMADA DE MALACA



TERRITORIO DE MANICA E SOFALA — BEIRA POVOAÇÃO INDIGENA EM Motundo

deixando transparecer os costumes singulares que a distingue, essa raça excepcional surpreendeu, como era de esperar, as nações da Europa.

Ainda se conservam no vasto espaço da península indica, mas mais especialmente nas margens do Sind, alguns restos da raça semítica em toda a sua pureza, que são da mesma família dos ciganos, professando apenas vagas noções de religião natural, sem culto, sem adoração, não conhecendo outra moral além do absoluto materialismo, sem chefes, sem leis e sem pátria, professando um absoluto desprezimento pelo direito de propriedade. Apenas entre elles se tem guardado uma única regra de conduta, de tradição remotíssima, e na qual se resume todo o seu código legislativo:

Liberdade de proceder segundo a vontade propria ou as necessidades indicam.

E assim, ao mesmo tempo que a vida sensual, o roubo e o desprezo pela morte são as qualidades proprias d'essa raça indolente e voluptuosa do Indostão, os ciganos modificam os seus costumes e hábitos conforme o grau de tolerância que lhes dispensam os governos dos paizes em que habitam.

Vejamos agora de que modo foram recebidos os ciganos.

Na epocha em que elles vieram para a Europa existia em Hespanha uma luta sem tréguas entre mouros e christãos.

Combatiam-se as crenças religiosas, a cruz e a meia lua, apesar de realmente, a sombra d'essas crenças se disputar a posse do solo e a extensão do dominio.

Na Alemanha existia outra luta não menos sangrenta e tenaz entre as diferentes sectas em que se tinha dividido o christianismo, e era em nome d'esses principios oppostos uns aos outros, que se disputava a supremacia d'um potentado sobre outro potentado.

Não podia ser mais critico a momento para essa raça apparecer, sem crenças e elevada do mais profundo materialismo, no meio de povos assim excitados pelo fanatismo e com os quaes estabeleciam um perfeito contraste.

Passada a primeira impressão de espanto succedeu a perseguição e o odio.

Os ciganos resistiram e conservaram-se.

Não queriam exercer predominio nem confundiram-se com as outras raças.

Tão pouco os animava o egoismo das riquezas.

Vivendo apartados com os seus irmãos e para elles, mais do que para os outros, e muitas vezes com menos do que o strictamente necessario, os ciganos para quem as leis são tropeços, as cerimoniaes do culto superstições, o amor da patria affecto imaginario de logar, os direitos de cidadão chimera politica, chegaram até nossos dias sempre estranhos, humildes e miseraveis.

Ao contrario do judaismo que persiste em humilhar as outras raças, exercendo influencia sobre ellas, amontoando thesouros, resistindo a fazer qualquer modificação nas cerimoniaes do seu culto, o cigano nada impõe, nada quer, e só imita as fôrmas da sociedade, vindo ao povoado buscar alimento para seus filhos, quando a fome o excita; então se não tiver dinheiro para comprar esse alimento não vacillará em rouba-lo.

As manhas do cigano hespanhol são tão conhecidas d'este povo que todas se defendem perfeitamente d'ellas. Emquanto ao resto os seus maus instinctos resumem-se em ler a buenadicha, ou alquilando cavallos, que rouba.

Um missionario francez, o presbytero Dubois, que durante cerca de trinta annos residiu na India, quasi ao fim do século xviii e ainda em principios do século xix, descreveu minuciosamente as instituições, costumes e castas d'aquelle paiz, e conhecedor das divagações de que era objecto a historia dos ciganos entre os eruditos da Europa, relatou as particularidades dos costumes e hábitos de vida de certas hordas de vagabundos na parte occidental, isto é, nas margens do Sind, costa de Malabar a districto de Maisur.

Os *curavers* ou *curumerus*, os *Kanakis* ou *Kanochis*, os *lambadis* ou *tucaters*, os *Kalabantus* (ladrões) e outras muitas hordas, formam uma casta especial, que em coisa alguma se parece com as demais da India, vivendo errantes, sem leis, cultos, habitação nem propriedade, dedicada á pillagem e a predizer o futuro, falando uma linguagem particular ou dialecto differente do idioma usual no Indostão.

O missionario Dubois explica tambem que esses vagabundos, pelos seus usos, costumes e caracter, tem uma analogia notavel com os ciganos espalhados pela Europa, e que se os comparassem com os *curavers* e *lambadis* se desvaneceria a opinião dos que fixam a sua origem no Egypto.

Proseguindo, o presbytero Dubois no seu relatório, descobre uma circumstancia que explica claramente a razão d'esses vagabundos emigrarem da India para os ultimos confins da Europa.

Os principes mahometanos d'aquella região empregavam os *curavers* e *lambadis* em saquear e devastar os reinos vizinhos em tempo de paz; em occasião de guerra juntavam-se voluntariamente aos exercitos na qualidade de auxiliares, não para combaterem, mas para o serviço de transportes e outros empregos secundarios, com o fim de, em seguida ás batalhas incendiarem e roubarem o saiz vencido.

Foi com fim igual, afirma Dubois, que os indios os empregaram na guerra com o sultão de Maisur.

E' d'esta forma que se explica a razão porque o grande Tamorian os tinha no seu exercito, que era composto não só de terzarios mongoles, mas de todas as castas a-láticas.

Egualmente se explica, porque muito antes d'elle, os diferentes guerreiros mahometanos, ao partirem das vizinhanças da India a percorrer o littoral do Mediterraneo até desembarcarem nas costas de Hespanha, vieram seguitos d'essas mesmas hordas asiaticas auxiliares, que foram os primeiros ciganos que entraram na Europa, e que confundidos com os soldados sarracenos, só foram notados pelos christãos hespanhóes depois da conquista de Granada, quando começou a predominar a politica do archbispo Jimenez de Cisneros contra as raças do Oriente.

Assim egualmente ficam accentuadas as razões porque o sultão turco Bayceto I, depois de occupar a Asia Menor, derrotar o imperio grego, invadir a Europa pelas margens do Danubio em 1402, e derrotar em Nicopolis os cem mil christãos que se oppunham a sua invasão, deixou na Bulgaria e na Servia as hordas de fígures do Sind, que o haviam acompanhado.

E' tambem notorio que tendo ido Bayceto I n'esse mesmo anno combater Tamorian e havendo sido derrotado depois d'um medonho combate de tres dias em que entraram trezentos e quarenta mil homens, os ciganos do imperador tartaro e os ciganos do sultão turco, para se não matarem, preferiram pensar-se pelo novo paiz onde tinham vindo, a seguir Tamorian á cidade de Multan e aos campos banhados pelo rio Sind, que os rodeia até desaguar no mar de Oman.

Durante o primeiro periodo do século xv, em que os povos limitrophes da Asia, da Africa e da Europa, mudam de aspecto; quando a raça turca se invade e submete, impondo-lhes leis, costumes e religiões; estabelecendo o seu predominio entre o Eufrates e o Nilo, a Jonia e o Pireo, no mar de Marmara e no Danubio; quando tudo isto se concentra debaixo do mesmo impulso nivelador, que tem de esboço que em todos estes pontos, ou em alguns, mas especialmente na Bulgaria, os ciganos do Sind que seguiram os exercitos de Bayceto e Tamorian ali estabeleceram a sua residência durante quinze annos?

Que tem de estranho que os ciganos uma vez concededores do terreno, se dividissem, seguindo os seus instinctos de vagabundagem e se propozessem a atravessar o Danubio e a Moldavia, entrassem pela Russia e Polonia, apparecessem na Bohemia e na Hungria, atravessassem a Alemanha, invadissem a Italia e transpuzessem as fronteiras do Estado da França por Alsacia e Lorena?

E isto não é uma mal fundada hypothese. Anteriormente as chronicas, e hoje os documentos contemporaneos, mencionaram em datas identicas a apparição dos ciganos nos paizes mencionados.

(Continua.)

Julio Rocha.

OS MORTOS

«Le silence des tombeaux n'est substitué au murmure des plaques publiques.»

M. Voltaire — A meditação.

«La pompe des enterremens interesse plus la vanité des vivans que la mémoire des morts.»

Discurso de La Rochefoucauld — Maximas e reflexões moraes.

Jorge Ebers escreveu em sua obra *Egypto* as seguintes palavras em relação ás pyramides: «Como quer que seja, não se pode duvidar que os edificios destructivos de que nos estamos occupando, eram destinados a conservar indefinidamente, não só o cadáver, mas tambem a memoria do principe que n'elles se depositava; de sorte que pertencem a essa classe de monumentos dos quaes disse um profundo observador: E

incontestavel que o seu fim real consiste em falar á posteridade mais remota, relacionar-se com ella, e d'este modo dar unidade á consciencia humana. Isto succede não só com os monumentos dos indios, dos egypcios, dos gregos e dos romanos, mas ainda com outros mais proximos de nós e nos quaes, da mesma fôrma que nos remotos, se vê claramente esse sentimento que leva o homem a communicar com a posteridade...»

Ricardo Guimarães, fallecido visconde de Benalcázar, traçou em seu capitulo *As pyramides*, do livro *De Lisboa ao Cairo* estas linhas expressivas: «Depois de haverem abrigado o somno derradeiro de reis e imperadores, cuja memoria apenas bruxuleia nas trevas do tempo remotissimo, que de cidades e dynastias aquelles colossos não viram desaparecer e sumir-se á volta de si, n'esse mesmo Egypto, prodigiosamente archi secular, de cujos annos do ha seis mil annos elles são as chronicas em granito!»

Eis a fúzeia mortuaria mais imponente do que ha noticia sobre a terra: e se o povo de mais alta antiguidade que a historia menciona votou a seus mortos um culto ostentoso de tal grandezza perduravel, que admira o culto prestado em nossos dias aos finados?

Incerta a hora da morte e certissimo o phenomeno de acabamento, existem signaes em todo o orbe terraqueo denunciando a relíquia dos tumulos como sentimento dom nante mais ou menos entre os diversos grupos ethnicos que constituem a familia humana.

Se a ideia de vida e os orgãos geolites fôrão em todos os tempos e continuam sendo motivo de alegria, objecto de cerimoniaes e causa de regosijos publicos e de manifestações «queenas, egualmente a idea da morte, o extor de agonía e o aspecto hirto de corpo em que se extinguiu a vitalidade fôrão e são motivo de lagrimas, objecto de saudade e causa de cortejos fúnebres.

«Ao olhos do homem primitivo ou ignorante, diz o doutor Carlos Letourneau no volume *La Sociologie*, livro 3.º, capitulo 13, a morte não passa de um accidente, de um abalo que somente imprime á existencia um novo curso.»

Em um trabalho curioso e cheio de interesse do saio inglez John Lubbock, *As origens da civilização*, destaca-se esta passagem inteiramente verdadeira: «O idolo toma de ordinario a fôrma humana e a idolatria liga-se ao culto dos antepassados intimamente. Já vimos que o homem não civilizado tem difficuldade em comprehender a morte; não podemos admirar por outro lado que o espirito humano haja confundido o somno e a morte.»

O illustre professor Fustel de Coulanges, disse em *La Cité Antique*: «O hindu, como o grego considera os mortos como seres divinos gosando de uma existencia bemaventurada... Os gregos e os romanos tinham crenças identicas: quando se não offerecia o banquete fúnebre aos mortos, estes sahiam logo de seus tumulos, e, sombras errantes, ouyram-se gemer durante as noites cujo silencio quebravam.»

Os mortos! — esta expressão em que apenas entram dois termos grammaticos, artigo definido e substantivo commum, é comtudo concipiosa e synthetica: encerra virtualmente o significado authentic e a modalidade absoluta da unica philosophia exactissima que se cumpre com rigor mathematico na scena theatral das existencias o no laboratorio immenso da natureza viva, divide peremptoriamente os campos extremos na escala dos seres, resume com força de logica o limite maximo para além do qual cessam todas as aspirações mundanas e se tornam impossiveis venturas de affecto, glorias de triumpho a lucubrações mentaes!

«Foi sem duvida em face da morte, exclamou Fustel de Coulanges no livro primoroso ha pouco citado, que o homem concebeu o sobrenatural pela vez primeira e que teve idéas do além-campo.»

Com effeito, quem pôde subtrahir-se em presença de um cadáver ás mil impressões differentes que se reflectem sobre o moral e o physico do individuo?

E não repugna á capacidade intellectual a idea de anniquilamento completo?

Os antigos enterravam seus defunctos juntamente com objectos de que haviam feito uso em vida, animaes domesticos e até escravos, e procediam assim para que elles permanecessem em sua nova existencia de posse de tudo quanto lhes fôr habitual e imprescindivel.

Muitos monumentos fúnebrarios teem sido encontrados repletos de armas e de utensilios revelando origem contemporanea da epocha da pedra lascada.

Achados preciosos para eruditos de investigação scientifica, contribuem grandemente para o

Territorio de Manica e Sofala



MANICA — Queda do Munene, próximo de Macequece

O DICCIONARIO DAS SEIS LINGUAS

POR FRANCISCO D'ALMEIDA

Francês, allemão, inglez, hespanhol, italiano e portuguez

EM UM SÓ VOLUME

Este utilissimo livro divide-se em tres partes: 1.ª Trata das diversas pronunciações figuradas. — 2.ª É propriamente o texto do Dicionario, tendo por base a lingua franceza. — 3.ª É o indice geral alphabetico de todas as palavras das cinco linguas seguidas da respectiva traducção sempre em francez, que é a base do Dicionario, permitindo assim a consulta rapida do termo de que se quizer saber a traducção.

É esta 3.ª parte a chave do Dicionario e a mais importante para quem não conhecer todas as linguas.

Cabe a Portugal a honra de ter apresentado á Europa culta uma obra de tão grande valor



Premiado na
Exposição Universal de Paris
de 1900



PREÇO

PREÇO — Portugal, Colonias e Hespanha: Vol. broc. 5\$000, enc. 5\$500, Extrangeiro: Vol. broc. 5\$500, ou Fr. 25.

Capas para encadernação da obra a 500 réis

EMPRESA DO «OCCIDENTE»

Largo do Poço Novo — LISBOA

GIL VICENTE

Por Jacinto Ignacio de Brito Rebelo

Um volume illustrado com os retratos do Poeta, de D. João III e D. Sebastião, Rainhas D. Maria, D. Leonor, D. Catharina, Infantas D. Maria, D. Beatriz, quadro do Casamento de El rei D. Manoel, Custodia de Belem, vista do Gulmarica, retrato de Garrett, Tumulo supposto de Gil Vicente, fac-similes, etc.

Edição de luxo. Preço 500 réis

Já sahio do prelo e está á venda em todas as livrarias e na

EMPRESA DO «OCCIDENTE»

Largo do Poço Novo — LISBOA

ALMANACH ILUSTRADO DO OCCIDENTE

Para 1903

Está á venda este interessante almanach profusamente illustrado e com uma linda capa a cores, representando o Monumento a Afonso de Albuquerque.

PREÇO 200 RÉIS, CANTERADO 300 RÉIS

Recebem-se encomendas na

EMPRESA DO OCCIDENTE

Largo do Poço Novo

LISBOA

Descobrimento das Filipinas

PELO NAVEGADOR PORTUGUEZ

FERNÃO DE MAGALHÃES

Por CANTASO ALBERTO

1 vol. illustrado 500 réis franco de porte.

Empresa do «OCCIDENTE»

Largo do Poço Novo — LISBOA

METEOROLOGIA POPULAR

Por Antonio A. O. Machado

Com uma introdução por D. JOÃO DA CAMARA

O melhor livro para estudar e conhecer o tempo. Muito útil aos agricultores como aos navegantes, etc. 1 volume illustrado com gravuras 200 réis.

EXTREMA DO OCCIDENTE — LISBOA